



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP****PREGÃO 011/2022****Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços de preparação de documentos para mudança de suporte, microfilmagem, inspeção dos documentos microfilmados e supervisão.**

Instada a realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços de preparação de documentos para mudança de suporte, microfilmagem, inspeção dos documentos microfilmados e supervisão para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, foi publicado Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos sites do TRE-BA e do Comprasnet.

Não houve impugnações, mas houve um pedido de esclarecimento, que foi publicado, juntamente com a resposta, no dia 07.04.2022, doc. nº 1905570.

No dia 11 (onze) de abril de 2022, às 8:30h (horário de Brasília), esta Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 45, de 22 de abril de 2020, deu início à realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão.

Logo no início foi feito o alerta aos licitantes de que, conforme Seção XVII do Edital, serão aplicadas sanções às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação, resultando na instauração de processo para apurar a conduta da licitante, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Aberta a sessão, a Pregoeira fez a análise preliminar das propostas apresentadas. Em seguida, foram iniciadas as etapas competitivas aberta e fechada, tendo sido ofertados os lances registrados na ata acostada aos autos (doc. nº 1905608). Também anexamos resumo das declarações feitas pelas licitantes (doc. nº 1905626)

Após a classificação das propostas pelo próprio sistema, consultamos a empresa que apresentou o melhor lance para o item se este atendia às especificações do edital e negociamos a redução dos valores, tentando obter melhor preço. A empresa respondeu que verificaria a possibilidade de redução, mas por fim afirmou que *“de fato não há como reduzir o valor da nossa proposta, pois já está no limite mínimo da sua exequibilidade”*. Após a confirmação da empresa de que a proposta atende às exigências do edital, procedemos à aceitação da proposta.

Finalizada a etapa dos lances e encerrada a etapa de negociação, solicitamos à empresa que ofertou o menor preço que enviasse via sistema, pela opção “enviar anexo”, as planilhas de custo e formação de preço dos postos de trabalho envolvidos na contratação, concedendo o prazo de 24 horas, conforme item 10.1 do edital.

A empresa no mesmo dia enviou as planilhas. No dia seguinte analisamos as planilhas e verificamos os itens que sofreram variação em relação às elaboradas pelo TRE: (1) transporte e alimentação foram previstos para 21 dias úteis, e não 22; (2) redução nos valores destinados para ‘Equipamentos’ e ‘Face shield’; e (3) redução significativa nos percentuais dos ‘custos indiretos’, de 5% para 0,10%, e do ‘lucro’, de 6% para 0,11%. Alertamos a empresa sobre isso e ela se manifestou nos seguintes termos: *“Estamos Cientes. os custos estimados em nossas planilhas são suficientes para a execução dos serviços.”*

Quanto à redução da quantidade de dias para a concessão do vale transporte e do vale alimentação, a empresa apresentou, juntamente com as planilhas de formação de custos da mão de obra,

cálculos que a motivaram a considerar 21 dias úteis por mês e não 22. Considerando que a redução na quantidade de dias para a concessão desses benefícios não a exime da responsabilidade em conceder os direitos do trabalhador, esta pregoeira aceitou a justificativa apresentada e por isso procedeu à aceitação da proposta.

A proposta ajustada ao lance foi apresentada, mas, por questões de arredondamento, ficou no valor final de R\$ 254.717,52, diferente do valor do lance, que foi R\$ 254.718,00. Confirmamos com empresa via *chat* do sistema e adequamos como valor final da proposta, a qual juntamos nos docs. nº 1910231 e 1910232.

Seguimos, então, para a análise da documentação da empresa, passando-se para a fase de habilitação. Consultamos também o SICAF e verificamos: a) a compatibilidade do objeto social da empresa vencedora com o objeto da licitação; b) os documentos de habilitação, consoante documentos de habilitação anexados ao processo; c) a ausência de causas impeditivas da contratação, através da consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome da empresa e dos sócios majoritários; d) e confirmamos a veracidade das certidões de falência e concordata e a municipal de débitos tributários. Os documentos de habilitação da empresa vencedora estão juntados como doc. nº 1905747.

Por fim, informamos no *chat* que a empresa **LM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI** foi habilitada. Realizada a habilitação, abriu-se o prazo para registro de intenção de recursos e a empresa LIMPSEV CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS EIRELI se manifestou nos seguintes termos: “*Manifestamos intenção de recurso contra a Empresa declarada vencedora, por descumprimento da cláusula oitava da CCT e vale transporte com quantitativo insuficiente a prestação de serviço.*”

Inserimos, então, no sistema, os prazos finais para a apresentação do recurso e das contrarrazões, conforme item 13.5 do edital.

A empresa LIMPSEV CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS EIRELI anexou a peça recursal apropriada e a **LM SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI** as contrarrazões, ambas no prazo estabelecido. Foram anexados ao presente processo o recurso, a contrarrazão e a manifestação do Pregoeiro que pugna pela improcedência do recurso e pela manutenção da decisão proferida (docs. nº 1910253, 1912124 e 1912127, respectivamente).

Juntamos, ainda, ao presente processo o resultado por fornecedor, doc. nº 1910245.

É o relatório final que ora se submete à apreciação superior da Diretoria-Geral deste Tribunal, por intermédio da ASSESD, de ordem.

Salvador(BA), em 27 de abril de 2022

**Cristiana Maria Paz Lima Soares**

**Pregoeira**



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares, Técnico Judiciário**, em 27/04/2022, às 14:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1912182** e o código CRC **ACC767E1**.

